
ENTRE A CIÊNCIA E A MERCADORIA: *MANIFESTOS FOR HISTORY* E A ECONOMIA POLÍTICA DA HISTORIOGRAFIA GLOBALRodrigo Fernandes Vicente¹Juan Michel Montezuma dos Santos²

Resumo: O artigo propõe uma leitura crítica da historiografia contemporânea a partir de uma economia política da historiografia global. Com base em autores como Karl Marx, Antonio Gramsci, François Hartog e Milton Santos, argumenta-se que o saber histórico deve ser compreendido não apenas como discurso científico, mas como prática social e econômica inserida nas dinâmicas do capitalismo global. A partir da análise de *Manifestos for History* (2007), de Keith Jenkins, Sue Morgan e Alun Munslow, o texto identifica uma crise de legitimação da historiografia no regime neoliberal de produção intelectual. Essa crise se expressa na tensão entre a busca de rigor científico e a necessidade de adaptação ao mercado acadêmico e editorial, que transforma o historiador em agente produtivo dentro de uma economia global do conhecimento. O artigo defende, assim, que a historiografia só pode recuperar sua potência crítica ao reconhecer-se como forma de trabalho social, condicionada por determinações materiais e políticas. Tal reconhecimento permite reconfigurar o papel do historiador e reabrir o horizonte emancipatório da disciplina frente à mercantilização do saber histórico.

Palavras-chave: Historiografia Global. Economia Política. Capitalismo. Regime de Historicidade. Crítica Historiográfica.

BETWEEN SCIENCE AND COMMODITY: *MANIFESTOS FOR HISTORY* AND THE POLITICAL ECONOMY OF GLOBAL HISTORIOGRAPHY

Abstract: This article offers a critical reading of contemporary historiography through the lens of a political economy of global historiography. Drawing on Karl Marx, Antonio Gramsci, François Hartog, and Milton Santos, it argues that historical knowledge must be understood not merely as a scientific discourse but as a social and economic practice embedded in the dynamics of global capitalism. Through an analysis of *Manifestos for History* (2007), by Keith Jenkins, Sue Morgan, and Alun Munslow, the text identifies a legitimacy crisis within the neoliberal

¹ Doutorando em História no PPGH/Unifesp: <https://lattes.cnpq.br/0106227600662169>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7798-6520>. E-mail para contato: r.vicente@unifesp.br/ rodrigofevicente@gmail.com.

² Doutorando em História no PPGH/Unifesp e Doutorando em Sociologia no PPGS/USP: <https://lattes.cnpq.br/3837467997159574>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5514-2765>. E-mail para contato: montezuma.juan@unifesp.br/ montezumamichel@usp.br.



regime of knowledge production. This crisis manifests in the tension between the pursuit of scientific rigor and the adaptation to academic and editorial markets, which turn the historian into a productive agent within a global knowledge economy. The article contends that historiography can only recover its critical potential by recognizing itself as a form of social labor shaped by material and political determinations. Such recognition allows for a reconfiguration of the historian's role and the reopening of historiography's emancipatory horizon in the face of the commodification of historical knowledge.

Keywords: Global Historiography. Political Economy. Capitalism. Regime of Historicity. Historiographical Critique.

1 Introdução: uma crítica historiográfica a partir da Economia Política?

A Economia Política é a ciência dedicada ao estudo das interações entre as relações capital-trabalho com as formas de organização social do poder. Em princípio, parece distante da historiografia, um campo disciplinar dedicado a explorar os arquétipos teórico-metodológicos, ideologias e culturas históricas subjacentes às formas de representação do passado na escrita. Ainda assim, a historiografia é técnica, produto da relação do homem com o espaço social. Logo, trata-se de um artefato no qual estão superpostas, e arranjadas de maneira congruente com cada momento histórico, diferentes formas de capital, ou seja, recursos, e trabalho humano. A partir de Karl Marx, consideramos que

Do mesmo modo que não se julga o que um indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (Marx, 2008, p. 48).

Quando aqui falamos de uma economia política da historiografia estamos falando no sentido que Marx deu para isso; isto é, uma forma de análise da “totalidade dessas relações de produção que constitui a base real” no nosso caso específico, da produção do conhecimento histórico. Pois, como concluiu o filósofo alemão, “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (Marx, 2008, p.47).

Noutras palavras, partimos da premissa de que a historiografia é o produto de uma dada forma particular da organização social da economia e da política, ou seja, ela é um





desdobramento da maneira como geralmente tendem a estar ordenadas as relações entre capital e trabalho num dado contexto social. Isso é claro, se, assim como o professor Milton Santos, interpretarmos o espaço social como uma síntese de fixos e fluxos de matéria que são socialmente ordenados a partir das formas de organização do poder que se consolidam na história de um dado território.

Então, se considerarmos que o espaço formado de fixos e fluxos é um princípio de método para analisar o espaço, podemos acoplar essa ideia à ideia de tempo. Os fluxos não têm a mesma rapidez, a mesma velocidade. As coisas que fluem e que são materiais (produtos, mercadorias, mensagens materializadas) e não-materiais (ideias, ordens, mensagens não materializadas) não têm a mesma velocidade (Santos, 2013, p. 155).

Nessa perspectiva, as técnicas, e aí estão incluídas a elaboração intelectual do pensamento histórico, ou seja, a historiografia, são relações concretas que se dão no espaço e permitem a observação das especificidades do funcionamento do capital e trabalho, como também as articulações desses elementos com os espaços que transcendem os limites de uma dada região, se convertendo em constantes que atravessam quadros globais da produção, em nosso caso aqui examinado: a ciência da história. O que leva a uma complexificação do entendimento da dinâmica espacial e social da produção científica na medida em que a análise multifatorial permite um entendimento das estruturas e forças produtivas. Tornando possível assim uma explicação do lugar de uma dada prática científica na sociedade, a partir das suas funções econômico-políticas como tecnologias sociais.

Entendemos, também, que as universidades (como toda e qualquer instituição educacional e científica) são pólos centrais nos elos da ideologia dominante. Como Marx nos demonstrou, “não é a consciência dos homens que determina o seu ser: ao contrário é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 2008. p. 47). Os historiadores, inseridos em uma sociedade capitalista e sendo majoritariamente formados nessas universidades que servem o sistema, não são seres etéreos afastados dessa mesma ideologia dominante pelo fato de exercerem um trabalho intelectual: estão diretamente inseridos no rol dos intelectuais orgânicos das classes dominantes, atendendo diretamente aos interesses desta elite. Como nos diz o filósofo sardo Antonio Gramsci,





Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (Gramsci, 2022, p. 15).

Partindo dessas premissas gerais, propõe-se aqui avaliar o debate sobre o deslocamento das categorias contemporâneas da historiografia através de uma perspectiva que nos permita qualificar espacialmente as funções que essa ciência vai perdendo e assumindo na situação estrutural da economia política global em movimento. Realizando uma análise das características gerais do regime historiográfico acadêmico global em transformação. Buscamos uma reflexão que tome enquanto princípio de que as formas da historiografia possuem dimensões políticas, econômicas e espaciais que remetem a momentos específicos não só da sua trajetória institucional na academia, mas também das transformações das interações entre capital e trabalho integradas ao regime de produção historiográfica acadêmico.

No tópico seguinte, tomamos a infraestrutura intelectual do texto *Manifestos For History* [*Manifestos pela História*, em tradução livre] como amostra que nos permite discutir a aplicabilidade desse modelo de investigação da historiografia a partir da economia política. Material produzido em um período histórico no qual as corporações técnico-científicas em todo o planeta rediscutem o papel da ciência, tendo em vista os efeitos de curto, médio e longo prazo dos ciclos de internacionalização do capital sob as cadeias de produção e consumo. Debate onde é central, mesmo que de maneira implícita, a discussão sobre as funções sociais da história na produção de dados organizacionais, quadros de especialistas e demais sujeitos necessários à consolidação e desenvolvimento da infraestrutura econômica capitalista globalizada. Noutras palavras, as contribuições pretéritas, imediatas e potenciais da disciplina de História às formas de organização social da economia e da política na ordem capitalista.

2 Da infraestrutura intelectual de *Manifestos For History*

O prefácio do *Manifestos For History* abre o livro com o seguinte diagnóstico: há um descompasso entre a historiografia contemporânea e as demandas do tempo social no início do século XX.





As obrigações dos intelectuais públicos raramente foram tão urgentes, contudo, muitos historiadores convencionais são demasiado tímidos para explorar eficazmente o seu potencial de perspicácia política e cultural. A censura religiosa e política ameaça invadir as salas de aula, as tecnologias de vigilância e uma cultura de auditoria tentam limitar o alcance da exploração cultural, e o impacto pernicioso das retóricas da certeza (quer se trate da psicologia evolucionista ou da defesa de uma ética da objetividade) sugerem que a história perdeu o seu rumo. É por isso que precisamos de manifestos como estes. (Bourke, 2007, p. 10).³

O espaço social da historiografia é nessa perspectiva um desarranjo que comunica o caráter inerentemente contencioso da escrita da História, assim como também da sociedade que ela espelha, pois como Joanna Bourke esclarece no prefácio do *Manifestos*: “As formas dominantes de historiografia em qualquer período nada mais são do que consequências de lutas anteriores” (Bourke, 2007, p. 11)⁴. A reminiscência, mesmo que tímida, do pensamento marxiano é explícita, não só por conta da referência direta ao *Manifesto comunista* de Marx e Engels (1848), mas também por conta da própria concepção de história social que estrutura o texto do prefácio, parcialmente, e veremos por qual motivo, fundamentada na filosofia da História de Marx e a noção de luta de classes.

A diacronia das relações entre capital e trabalho é um elemento de peso nos *Manifestos*, a reação dos historiadores às transformações que a economia política impõe a sociedade capitalista através dos ciclos de internacionalização no decorrer do século XX não passam despercebidas e são realçadas como indicativas da capacidade de atualização da historiografia contemporânea. Ao mesmo tempo, é tomada uma rejeição a construção de discursos únicos sobre a História, algo que adquiriu novo alento entre os intelectuais críticos durante a globalização em fins do século XX quando as estruturas de dominação de massa, em especial a grande imprensa, propagandeiam o fim da história, a sociedade civil mundial, a realização do sonho humanista e a consolidação da aldeia global. Bourke, assim como os autores do livro que abre, buscam lembrar que existem muitas formas de produção historiográfica, o que equivale ao velho aviso de que a realidade é um sistema policêntrico em movimento, muito embora os

³ “*The obligations of public intellectuals have rarely been so urgent, yet many conventional historians are too timid to exploit their potential political and cultural acumen effectively. Religious and political censorship is set to invade the classroom, surveillance technologies and an auditing culture attempt to limit the range of cultural exploration, and the pernicious impact of rhetorics of certainty (whether this is evolutionary psychology or the endorsement of an ethics of objectivity) all suggest that history has lost its way. This is why we need manifestos like these*” (BOURKE, 2007, p. 10).

⁴ “*The dominant forms of historiography in any one period are nothing other than the consequences of previous struggles*” (Bourke, 2007, p. 11).





próprios autores não levem esse aviso as últimas consequências teóricas e metodológicas, em nome é claro daquilo que qualificam como pluralismo historiográfico.

Mesmo assim, o que nos interessa do ponto de vista da análise, é que não há aqui uma defesa ingênua da diversidade e da alteridade, demandada por uma mera questão de etiqueta política. O que se realiza, de fato, é uma defesa de uma das premissas mais caras ao estatuto da História enquanto disciplina, desde que ela deixou de ser categoria meramente filosófica para se tornar também científica no início da contemporaneidade.

Esses *Manifestos* buscam dialogar com o futuro da "construção da história". Sua contribuição para esse futuro reside menos em uma plataforma partidária do que em uma solidariedade de perspectivas. Alguns autores ousadamente propõem uma série de regras, com os "deveres" superando em número os "proibições". A maioria, contudo, oferece sugestões mais abertas, incentivando os leitores a uma apreciação mais ampla das potencialidades. O pluralismo metodológico é defendido. Formas de história que se reduzem à contabilidade - uma contabilização de notas de rodapé criteriosamente ponderadas para favorecer manuscritos em detrimento de material impresso e fontes secundárias - são rejeitadas. As tecnologias do século XXI, com sua capacidade de moldar novas formas culturais e seu alcance para engajar públicos mais amplos, são elogiadas. A autorreflexividade é louvada. Todos rejeitam preceitos universalistas, lembrando aos leitores que não existe um único discurso da história. Afinal, a busca pelo passado é um processo cultural interminável, permeado por políticas concorrentes relacionadas à ação social. Está sempre em processo de evolução, involução, revolução. Contrariamente a certos ataques vulgares a intervenções teóricas recentes, a palavra "verdade" é discutida sem hesitação, assim como as belezas de se percorrer os arquivos. Discursos de dissidência e subversão coexistem com linguagens de conformidade; os autores do manifesto permanecem fiéis a certas concepções de composição histórica, ao mesmo tempo que celebram a fervorosa glossolalia que sempre acompanha a exploração de novas formas de imaginar o real. (Bourke, 2007, p. 12).⁵

Isso comunica como o texto não se trata de uma mera defesa da adaptação aos novos tempos. O desencontro entre historiografia e o novo tempo social institucionalizado pela economia política de fins do século XX é problematizado sem que se perca de vista o estatuto

⁵ "These Manifestos attempt to speak to the future of 'doing history'. Their gift to this future is less a party platform than a solidarity of perspective. Some authors boldly set forth a series of rules, with 'thou shalt' outnumbering 'thou shalt not'. Most, however, proffer more open-ended suggestions, nudging readers to a widening appreciation of potentialities. Methodological pluralism is urged. Forms of history that devolve into accountancy - a totting up of footnotes judiciously weighted to favour manuscript over printed material and secondary sources - are snubbed. Twenty-first-century technologies, with their capacity for fashioning new cultural forms and their scope for engaging with wider publics, are eulogised. Self-reflexivity is commended. All reject universalist precepts, reminding readers that there is no single discourse of history. After all, the pursuit of the past is an unending cultural process, permeated with competing politics relating to social action. It is always in the process of evolution, devolution, revolution. Contrary to certain vulgar attacks on recent theoretical interventions, the 'truth' word is discussed without flinching, as are the beauties of journeying through archives. Discourses of dissent and subversion coexist with languages of conformity; the manifesto authors remain loyal to certain conceptions of historical composition while also celebrating the fervent glossolalia that always accompanies the exploration of new ways of imagining the real" (Bourke, 2007, p. 12).





da História como ciência. Não há aí um apego a epistemologia científica, ou ao prestígio agregado ao saber quando qualificado enquanto ciência ao ser produzido a partir daquilo que é legitimado socialmente como cientificidade. Trata-se sim de uma defesa de uma forma político institucional da historiografia científica: o regime historiográfico acadêmico. E do seu lugar econômico e político na produção de dados organizacionais, quadros de especialistas e indivíduos nessa nova infraestrutura econômica globalizada da sociedade capitalista. Sem dúvida, ainda mais entre estadunidenses, o idealismo pode ser uma força motriz que compele os autores ao debate, à sistematização e à reflexão sobre as funções sociais das novas e velhas formas historiográficas no mundo contemporâneo. Contudo, aqui estamos observando esse debate a partir da diacronia da infraestrutura social capitalista. E, desse ângulo, se torna claro que antes de ser uma defesa de ideias, tradições intelectuais e outros produtos do imaginário social de natureza mais abstrata, trata-se sim de uma discussão sobre o papel da historiografia junto ao processo de reprodução das condições materiais e espirituais da vida no atual ordenamento da divisão social do trabalho, por conseguinte produção e apropriação da riqueza e das estruturas de dominação que regulam esse processo. Em linguagem proletária, os historiadores em *Manifesto For History* estão defendendo a sua própria empregabilidade na sociedade capitalista em modernização. Gramsci ao analisar a mentalidade estadunidense afirma: “a mentalidade americana é essencialmente prática e técnica”, concluindo assim que há sempre uma busca de cifras maiores (Gramsci, 2023, p. 319). Estão buscando inovar, ou seja, encontrar novas formas de exercer o seu ofício. E isso, por si só, não é problema algum, certo?

Evidentemente, os professores acadêmicos estadunidenses, trabalhadores especializados do antigo primeiro mundo, não colocaram a questão nesses termos indiscretos. Isso cabe aos latinos e demais contingentes periféricos da sociedade global, aqueles que são tomados como produtores de historiografia em condições precarizadas e atravessadas por diversas relações de subordinação estrutural em relação ao Estado, algo que, infelizmente, os faz não ousar prescindir da ideia de projeto em historiografia, não? Vejamos como os pares do Norte Global, em sintonia com as novíssimas modas que criam ao sabor do mercado editorial doméstico, pois tão livres são, e mais bem munidos de infraestrutura institucional, porém talvez não de teoria, endereçam essa discussão.

Ela emerge nas páginas dos *Manifestos* de maneira romântica, algo estranho e forçado para sociedades de engenheiros como aquelas dos anglo-saxões. Ainda assim, a questão é





apresentada nos termos de um comprometimento ético-político com o passado, compromisso humanista que funda o caráter positivo da historiografia e, por conseguinte, do serviço, de vocação pública, prestado pelo historiador. Isso não é um ato de dissimulação discursiva, um enobrecimento de uma meta simplesmente pecuniária, não podendo assim ser tomado como um gesto epistêmico quixotesco. Não, trata-se de uma defesa da necessidade da crítica historiográfica para o desenvolvimento social numa ordem capitalista renovada, um espaço de comercialização e consumo das informações cada vez mais atomizado.

Os historiadores têm uma obrigação para com as pessoas que viveram no passado: esforçamo-nos por ser fiéis às suas vidas. Ao expor modos de ser aparentemente universais como necessariamente situados no tempo e no espaço e inseridos em práticas banais e saberes cotidianos, os historiadores revelam as especificidades do passado. Isso nos permite imaginar futuros mais emancipatórios. A história crítica/críticas da história deixam o presente aberto ao futuro. Elas abrem possibilidades de resistência em tempos de tirania. Imersos em noções de trauma e seduzidos por fantasias apocalípticas, é fácil esquecer que os regimes de sofrimento são sempre contestados. "Por que você está fazendo isso comigo?", pergunta o sujeito que sofre, insistindo nas especificidades históricas, em vez de qualquer narrativa ahistórica baseada em supostas constantes biológicas, psicológicas ou transhistóricas (particularmente religiosas e ideológicas). O terror é sempre local. Universalizá-lo é remover as especificidades da história de um indivíduo; é situar o sofrimento no âmbito da edificação moral. A história crítica permite-nos manifestar diversas construções do humano, tornando as formas de criação do eu e da sociabilidade imaginativamente acessíveis e contestáveis. Assim, tal como noutros manifestos, pode-se discernir uma visão utópica em muitos destes ensaios. Eles expressam uma esperança num futuro melhor através de um compromisso com a dignidade de cada pessoa única e singular, dentro de tempos e lugares geográficos específicos. São manifestos que procuram fazer mais do que simplesmente persuadir; visam mobilizar (Bourke, 2007, p. 12).⁶

⁶ "Historians have an obligation to people who lived in the past: we strive to be true to their lives. Through exposing seemingly universal modes of being as necessarily situated in time and place and embedded in humdrum practices and everyday knowledges, historians reveal the specificities of the past. This enables us to imagine more emancipatory futures. Critical history/critiques of history leave the present open to the future. They open up possibilities of resistance in times of tyranny. Being steeped in notions of trauma and seduced by apocalyptic fantasies, it is easy to forget that regimes of suffering are always contested. 'Why are you doing this to me?' the suffering subject asks, insisting on historical specificities, instead of any ahistorical narrative based on supposedly biological, psychological or transhistorical (particularly religious and ideological) constants. Terror is always local. To universalise it is to remove the specificities of an individual's history; it is to situate suffering in the realm of moral edification. Critical history enables us to make manifest diverse constructions of the human, making ways of creating the self and sociality imaginatively accessible and contestable. As such, as in other manifestos, a utopian vision can be discerned in many of these essays. They speak to a hope for a better future through a commitment to the dignity of each unique, singular person within specific times and geographical places. They are manifestos that endeavour to do more than merely persuade; they aim to mobilise" (Bourke, 2007, p. 12).





Vejam, há um deslocamento indubitável do estatuto de verdade histórica, pois ele deixa de evocar uma universalidade unitária, tal como os historiadores fizeram no passado, quando ainda acreditavam na universalidade de categorias analíticas, porque compreendiam tal generalidade como premissa como necessária a abstração da operação histórica, eram cientistas e filósofos e não apenas fiéis a ideias transcendentais como são representados acima. Ainda assim, o estatuto da verdade histórica está sendo atualizado nesse texto para o mundo policêntrico de tendências nominalistas no qual vivemos. Esse gesto está para além do epistêmico, é político, busca adaptação não por ter prioridade com a preservação da cientificidade, porém sim com a integração do saber, mesmo que o preço disso seja circunscrever a verdade histórica à instância de verificação primeiramente individual, fetichizando, assim, a categoria de experiência.

O que se defendeu em *Manifestos For History* não foi apenas uma dada ideia do que seriam as virtudes do historiador, a questão é mais profunda e referente ao seu ofício, seu lugar nas interseções entre economia política e ciência, enfim a função da sua disciplina de História, reduzida aí a uma quase semi-literatura, junto às infraestruturas e superestruturas sociais. Trata-se, em verdade, de um gesto contraditório, pois por mais que associe o universalismo ao unitarismo, busca ao mesmo tempo reabilitar velhas formas, ou inventar outras, de pensar a utopia. As proposições articuladas em *Manifestos for History* sugerem um esforço para adaptar o saber histórico às demandas do capitalismo contemporâneo, preservando o *status* da disciplina enquanto se curva às métricas de mercado. Ao mesmo tempo que querem preservar os valores referentes ao capital simbólico que a disciplina adquiriu desde a sua autonomização como ciência? Essas questões podem ser reveladoras de um dilema inquietante sobre o sentido do ofício do historiador na História da Historiografia Global e sua real dimensão, argumentamos aqui, apenas pode ser estudada a partir da transformação das relações entre capital e trabalho na infraestrutura do regime de produção do conhecimento histórico acadêmico.

Ainda assim, cabe considerar e se surpreender com o fato de que apenas intelectuais situados em uma sociedade como a estadunidense, essas sociedades de engenheiros e empreendedores do Norte Global, deformadas por um liberalismo profundamente enraizado e por vezes quixotesco, pois anacrônico ao próprio tempo e alienado da forma real da organização social do poder da atual plutocracia capitalista global, podem esmerar fazer esse exercício estonteante de defender o estatuto da verdade histórica, tendo a categoria de história, ao menos





em nível superficial, enquanto científica, logo capaz de comunicar algo sobre comum sobre o passado da humanidade, na mesma medida em que contraditoriamente defendem a centralidade, de maneira hiperbólica, do individualismo e da categoria de experiência.

Se a história está em migalhas, como ensinam os europeus em declínio da sua posição de centro dos saberes científicos e filosóficos, os estadunidenses ávidos em tomar essa posição durante todo o século XX, sonham em vender cada uma dessas migalhas em distintas embalagens, com corantes de diferentes cores e sabores e posteriormente chamar isso de mais uma virada epistemológica revolucionária da teoria e metodologia em História. Uma ciência para todos, democrática sim, porém circunscrita a mercadológica inalienável ao *American Way of Life* (ou estilo de vida estadunidense). Certamente, são os historiadores desse país ou atuantes nele, apenas parecem é claro, serem muito eficientes em encontrar fórmulas ideológicas para garantir que cada um, dos sujeitos políticos tradicionais aos novos, que de novos nada tem, tenham o seu lugar ao sol no mercado de bens simbólicos. São mestres em transformar a História em um empreendimento para qualquer um, desde os liberais até mesmo os fascistas. Todos agora, na hipertrofia da individualidade, necessária à integração da História na mercadológica da sociedade capitalista globalizada, têm o seu direito de elaborar e comprar a sua narrativa histórica à medida.

Essa dualidade, na qual temos de um lado a preocupação com o estatuto científico da História e doutro a necessidade de atualização do campo disciplinar a fim de assegurar a continuidade do cumprimento das suas funções econômico-políticas, é o dilema central sob o qual é construída a infraestrutura intelectual de *Manifestos For History*. No título da introdução, *On fidelity and diversity*, procuram organizar esse duplo comprometimento em uma fórmula que parte da premissa de que a História é “se o passado for constituído como uma série complexa de narrativas – representações –, então teremos os alicerces sobre os quais podemos construir nossas visões de seu futuro” (Jenkins; Munslow; Morgan, 2007, p. 1).⁷ A História está sendo definida a partir das categorias de discurso, experiência e agência individual, todas muito caras aos autores formados sob as modas historiográficas da segunda metade do século XX, período da História da Historiografia Global onde as filosofias da História entram em crise.

⁷ “is constituted as a complex series of narratives – representations – of the past, then we have the foundations upon which we can build our visions of its future” (Jenkins; Munslow; Morgan, 2007, p. 1).



Logo, nessa proposta, isso que chamamos de História, esse fenômeno que foi por bilhões de anos desenrolado sem a presença humana, não é uma dimensão da realidade imbuída de uma estrutura lógica própria e relativamente independente ao humano. Não, a História está reduzida a uma esfera da existência humana, é um mero produto da sua ação, um artefato do gênio humano e não mais uma síntese entre tempo e espaço acessível ao humano e passiva de ser manipulada por ele, porém pertencente a um sistema policêntrico em movimento que a humanidade apenas apreende parcialmente por conta de suas limitações ontológicas, ou seja, a História, assim como a Física, Geografia, Biologia e Química, não é mais um fenômeno do real que pode ser tomado em nível elementar como uma manifestação da totalidade em movimento. Já que a própria totalidade está aí reduzida a um enunciado discursivo, a um nome, a um elemento que não comunica nada além do campo semântico que o homem cria. De fato, é uma proposta de História muito sedutora, pois narcísica, onde nada escapa ao humano que até na sua descrença em relação ao universal e o transcendental se arroga o direito de ser senhor e autor do conteúdo de tudo aquilo que tem significado temporal e espacial.

A Ciência da História aí defendida está mais para uma linguagem, uma forma de arte, tão universal quanto pode ser, em teoria, um direito humano, está reduzida a uma semi-literatura, um artefato do gênio, assim como outras formas de arte. O que não é um problema em si, pois a História é, em parte, isso, mas apenas em parte, porque nos transcende, porque é constituída de processos que nos escapam, que estão circunscritos na lógica subjacente às estruturas naturais do universo ao qual pertencemos e não apenas do mundo social que inventamos e só existe como latência.

A História é muito mais, pois não é apenas objeto, produto do labor, artífice humano, ela é coisa também, elemento do mundo natural, que se torna objeto na medida em que interagimos com ele, que se convertendo-se em historiografia quando criamos e identificamos técnicas no conjunto da cultura material que nos permitem convertê-la em artefato. Trata-se, em verdade, de algo que está para além da mera escala do saber tradicionalmente lido enquanto humanístico, porque escapa às fronteiras semânticas dos arquétipos culturais locais que criamos através das épocas, pois é dotado como elemento espaço-temporal de uma materialidade mais profunda do que as fronteiras imaginárias das nações, do que suas instituições de saber/poder. É a relação entre espaço e tempo que expressa a transformação das coisas e dos objetos, tem lógica própria porque é processo físico multifatorial, tal como o movimento dos continentes, a





rotação e translação da Terra, do sol e galáxias pelo universo. Não pode ser apenas literatura, devido à leitura ideológica limitante de que em parte suas formas mais sofisticadas de representação são artísticas. Crer e defender isso é reduzir a história a um fragmento de seu vasto conteúdo como coisa/objeto. Uma escolha que tem um custo político muito caro a sua capacidade de comunicar o nosso lugar no mundo.

Ainda assim, na proposta defendida na infraestrutura intelectual dos *Manifestos For History* a história deve ser feita para todos, porque é de todos, seus rumos estão subordinados a humanidade que não é apenas mais um agente no conjunto de elementos universais que estruturam a forma como tempo e espaço são apreendidos e, se é, passa então ser ela dotada de uma qualidade que nenhuma outra coisa na natureza possui: a capacidade de dirigir a história, tal como um autor dirige o seu romance. A História, antes conjunto das transformações de elementos que escapam aos limites do horizonte do cognoscível, Clio soberana demandando constantemente o labor da teoria para desvendar os mistérios das suas leis, é reduzida por um apelo liberal que lhe converte num espelho de águas paradas, onde os seres humanos dos mais variados matizes podem ver os seus vieses culturais serem confirmados acriticamente. Iludidos nesse saber das parcialidades, acabam enamorados de si mesmos e da relevância fetichizada das suas identidades culturais nos grandes movimentos da dialética da realidade, caem assim na maldição de Narciso que admirou a si mesmo no espelho do lago, acreditando ser a epítome da beleza, até fraco e doente de tanto apreciar a própria imagem, cair nele e morrer, como qualquer ser ordinário.

Obviamente, no nível epistemológico, essa concepção de História é problemática, pois superlativa as categorias de agência, experiência e discurso em nome de um protagonismo idealizado e atomizado da ação humana. Isso esvazia o estatuto da verdade histórica, porque circunscreve a sua legitimação aos limites da individualidade. Submetendo assim o passado ao crivo dos arquétipos culturais legítimos aos olhos do sujeito, fazendo da história uma reprodução de visões de mundo etnocêntricas, nulificando assim o seu apelo à universalidade, sua capacidade de comunicar sobre aquilo que é transversal às classes, as sociedades, nações, civilizações e períodos inteiros da saga humana na Terra. Essa corporativização da História, e esse é o ponto que aqui mais nos interessa, é, defendemos, condicionada pela forma como a economia política está organizada na atualidade. A história é tomada nesses termos, porque estes constituem uma forma ideológica congruente com a infraestrutura política institucional





das relações entre capital e trabalho no setor de serviços de uma sociedade capitalista globalizada, onde todos falaciosamente têm lugar e voz na grande aldeia global.

Logo, *fidelidade e diversidade* são neste texto marcas do comprometimento com a capacidade da historiografia de ser um saber maleável *no tempo* para atender as necessidades da multiplicidade étnica, ou demanda de mercado mais discernível numa economia capitalista globalizada. A história é então superficialmente horizontalizada, em nome de princípios liberais de expressão e autonomia, sim, porém também em nome de uma mercadológica que esvazia a capacidade da História de aplicar modelos investigativos capazes de legitimar paradigmas que são politicamente inegociáveis ou filosoficamente mais amplos do que as categorias de discurso, experiência e ação individual, elementos que podem ser facilmente reduzidos a produtos. Confinados em um modelo historiográfico nominalista.

Afinal, para os organizadores de *Manifestos For History*:

O ponto importante a salientar aqui, naturalmente, é que sempre existem múltiplas visões, e não apenas uma, do que a história é ou do que ela poderá vir a ser. Assim como nunca pode haver uma versão autorizada do passado, também não pode haver uma única maneira metodológica de nos apresentar esse passado como história. Manter um compromisso com o “tempo anterior ao agora” sugere, portanto, que devemos desenvolver continuamente nossa relação com ele e que parte desse processo de compromisso consiste em discordar das ortodoxias (Jenkins; Munslow; Morgan, 2007, p. 1).⁸

A História como uma dimensão do universal, projeto humanista responsável desde a aurora da modernidade por produzir uma grande diversidade de teorias da História, incluindo o liberalismo, é abandonado e reduzido a uma ortodoxia anacrônica. Se está minimamente preservado, acaba sendo mistificado em categorias que fazem da historiografia mero artefato, mais Arte do que Ciência, mais expressão do gosto, da cultura, das necessidades do mercado de bens simbólicos, do que teoria sobre as relações entre espaço, tempo e o ser humano elaboradas a fim de analisar a estrutura lógica do conjunto de sistemas em constante diacronia que chamamos de realidade em movimento.

Contraditoriamente, nessa infraestrutura intelectual ao mesmo tempo que se descaracteriza a ciência da História como saber provedor de algo que tenha estatuto de verdade

⁸ “The important point to make here, of course, is that there are always multiple visions rather than one vision of what history is or what it may become. Just as there can never be one authorised version of the past, so there can be no single methodological way of bringing that past to us as history. To sustain a commitment to the ‘time before now’ therefore suggests that we must continually develop our relationship with it and that part of that process of commitment is to dissent from orthodoxies” (Jenkins; Munslow; Morgan, 2007, p. 1).



universal, apresenta-se a disciplina como necessária ao desenvolvimento social, na produção de dados organizacionais, formação de quadros necessários à reprodução material e espiritual das sociedades humanas. Entretanto essa formulação ideológica contraditória, aparenta ser mais um produto da necessidade de justificar um lugar para a historiografia na ideologia socialmente dominante, protegendo então a configuração político-institucional a partir da qual os professores acadêmicos escrevem. O que não é nada moralmente condenável, pois todo trabalhador precisa viabilizar através da ação política a justificativa social para o ofício que escolhe exercer. Contudo, acaba por impor problemas de larga escala a historiografia, pois fragiliza a própria posição dos seus profissionais na economia política capitalista, na medida em aquilo que se qualifica como ofício do historiador, aparentemente, deve ser feito por qualquer indivíduo que compreenda a centralidade da sua individualidade e localismo para a produção da mercadoria/narrativa histórica em escala regional.

Em via disso, argumentamos que uma Economia Política na História da Historiografia Global se torna uma demanda necessária para o debate historiográfico, na medida em que implica na elaboração de uma crítica frontal à aquilo que interpretamos como dilemas econômico-políticos sob os quais os historiadores do Norte Global estruturam suas propostas de renovação do campo disciplinar. Dilemas, que no caso de *Manifestos For History*, são enfrentados a partir da tentativa de integrar a História às demandas da economia política do mundo globalizado ao invés de lançar bases de uma teoria geral que vise reabilitar as Filosofias da História como modelos de síntese explicativa para o quadro global da humanidade na nossa época.

3 Entre ciência e mercadoria: dilemas da historiografia no capitalismo global

A leitura de *Manifestos for History* a partir de uma perspectiva de Economia Política permite compreender que os dilemas atuais da historiografia não se resumem a disputas epistemológicas ou metodológicas internas ao campo disciplinar. Ao contrário, revelam-se como desdobramentos de transformações mais amplas, ligadas às relações entre capital, trabalho e poder, que moldam as condições de possibilidade da produção acadêmica e intelectual em escala global. Afinal de contas, partindo de uma perspectiva gramsciana, os historiadores não deixam de ser intelectuais orgânicos do sistema socioeconômico em que suas



universidades e centros de pesquisa estão inseridos (Moura, 2025, p. 64-65; Gramsci, 2022, p. 15). Nesse sentido, a reflexão proposta ao longo deste artigo aponta para a necessidade de reposicionar a história da historiografia global no interior das tensões estruturais da economia política contemporânea, reconhecendo que a historiografia não é apenas narrativa, discurso ou linguagem, mas também um produto socialmente situado, atravessado por demandas materiais e simbólicas que transcendem a esfera estritamente científica.

O exame da infraestrutura intelectual dos *Manifestos* evidencia uma dupla operação contraditória. De um lado, os organizadores e autores defendem com vigor a relevância pública da disciplina histórica, destacando sua capacidade de fornecer crítica, pluralismo e resistência frente às pressões uniformizadoras de um mundo globalizado. De outro, ao mesmo tempo em que proclamam esse horizonte de diversidade, alinham-se implicitamente às exigências da mercadológica capitalista, convertendo a defesa da pluralidade em estratégia de inserção do ofício do historiador no mercado global de bens simbólicos. Assim, o discurso da diversidade, longe de ser apenas emancipatório, funciona também como uma forma de garantir a sobrevivência profissional e institucional da disciplina em um contexto de precarização crescente das humanidades e de seu enquadramento nas cadeias produtivas do capitalismo contemporâneo.

Essa contradição remete a um dilema mais profundo: o da oscilação entre a preservação do estatuto científico da História e a sua redução a uma semiliteratura voltada ao consumo imediato. O universalismo, outrora constitutivo da ambição teórica e filosófica da disciplina, é frequentemente desqualificado como ortodoxia ultrapassada; em seu lugar, exalta-se o nominalismo fragmentário, centrado em discursos localizados, experiências individuais e agências atomizadas. O resultado, contudo, é um esvaziamento do estatuto da verdade histórica, uma vez que esta passa a ser legitimada apenas a partir da perspectiva do sujeito ou de uma dada comunidade interpretativa específica. Se, por um lado, essa tendência democratiza o acesso à produção de narrativas históricas, por outro mina a capacidade da historiografia de formular interpretações mais amplas e de sustentar a pretensão de comunicar algo universal sobre o passado humano. Ao situar esse movimento na diacronia das relações entre capital e trabalho, torna-se claro que a fragmentação não é mero resultado de uma opção metodológica ou de uma moda intelectual, mas sim um reflexo das condições de produção intelectual no capitalismo globalizado.





A ideologia liberal, profundamente enraizada nas sociedades do Norte Global, conforme a historiografia a uma lógica de mercado, na qual a multiplicidade de narrativas funciona como equivalente simbólico da multiplicidade de mercadorias. Nesse cenário, cada narrativa histórica torna-se passível de consumo, ajustada às demandas específicas de públicos segmentados, o que corresponde, em última instância, à lógica de um capitalismo que não tolera universalismos inegociáveis, mas sim particularismos que possam ser facilmente convertidos em produtos.

Entretanto, reduzir a historiografia a essa dimensão significaria abdicar de uma de suas funções mais essenciais: a de contribuir para a compreensão crítica da realidade, oferecendo interpretações que transcendam o imediato e o particular. É nesse ponto que a proposta de uma Economia Política da História da Historiografia Global se mostra urgente. Tal perspectiva possibilita compreender como os discursos e práticas historiográficas estão imbricados nas formas concretas de organização social, revelando não apenas suas limitações, mas também suas potencialidades. Mais do que denunciar a mercantilização da História, trata-se de propor uma análise que reintegre a disciplina às grandes questões que atravessam o mundo contemporâneo, sem ceder ao nominalismo fragmentário nem ao universalismo anacrônico.

Nessa direção, torna-se imprescindível recuperar a dimensão filosófica da História, não para retornar a modelos ultrapassados de totalidade, mas para reabilitar a capacidade de formular sínteses explicativas que sejam, ao mesmo tempo, críticas e conscientes de seus limites. A História, enquanto ciência, não pode ser reduzida a mero artefato discursivo, pois é também parte do movimento mais amplo da realidade em transformação. Recolocar a disciplina no horizonte das lutas populares significa afirmar que a historiografia é, simultaneamente, produto e instrumento das relações sociais, e que sua tarefa crítica só pode ser cumprida se ela for capaz de se posicionar frente às contradições da economia política global.

Assim, propor uma Economia Política da Historiografia Global implica reivindicar um duplo movimento. Em primeiro lugar, o de situar a disciplina no interior das transformações estruturais do capitalismo contemporâneo, reconhecendo as condições materiais e institucionais que moldam a produção historiográfica. Em segundo lugar, o de afirmar a necessidade de uma historiografia crítica, capaz de resistir às pressões de mercantilização e fragmentação, recuperando sua vocação de interpretar a totalidade social sem cair em dogmatismos universalistas. Somente ao articular esses dois movimentos será possível renovar o estatuto da disciplina de forma consistente, colocando-a como saber crítico indispensável para a





compreensão do presente e para a projeção de futuros possíveis. Pois, como afirma François Hartog: “se o tempo é, há muito, uma mercadoria, o consumo atual valoriza o efêmero. [...] é um tempo sem futuro” (Hartog, 2013, p. 148). Como o historiador se colocará, como trabalhador intelectual, em uma sociedade capitalista de contradições cada vez mais agudas e que cada vez mais se acelera para um tempo de eterno presente? Totalmente desprovida de passado e futuro?

Ao fim e ao cabo, a questão colocada por *Manifestos for History* não é apenas a da sobrevivência institucional da historiografia no século XXI, mas a de sua função social e política em um mundo marcado por desigualdades estruturais, pela concentração de poder e pela intensificação das contradições entre capital e trabalho. A resposta, defendemos, não pode vir apenas de apelos ao pluralismo ou à diversidade, mas deve partir de uma análise rigorosa das condições histórico-estruturais que configuram o lugar da disciplina na sociedade capitalista global. É nesse horizonte que uma Economia Política da História da Historiografia Global se coloca como caminho necessário, permitindo não apenas compreender, mas também transformar a prática historiográfica em direção a um saber que, sem abdicar de sua cientificidade, reafirme sua potência crítica e emancipatória.

4 Considerações Finais

Em suma, a proposição de uma Economia Política da Historiografia Global revela-se como um movimento urgente para que a disciplina supere sua atual crise de legitimação frente ao regime neoliberal de produção intelectual. Ao analisar criticamente obras como *Manifestos for History*, procuramos demonstrar que a exaltação da fragmentação e do nominalismo, embora travestida de pluralismo democrático, muitas vezes serve para converter o saber histórico em uma mercadoria moldada pela lógica do mercado editorial e acadêmico. Para recuperar sua potência crítica, o historiador deve abandonar a postura de “ser etéreo” e reconhecer-se como um trabalhador social cujas práticas são condicionadas por tensões estruturais entre capital e trabalho. Somente ao enfrentar essas contradições materiais e reabilitar a capacidade de formular sínteses explicativas sobre a totalidade social é que a historiografia poderá resistir à mercantilização e abrir horizontes efetivamente emancipatórios em um mundo marcado pelo “eterno presente”.



Referências

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

_____. **Cadernos do cárcere**, vol. 4: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução, introdução e notas: Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MORGAN, Sue; JENKINS, Keith; MUNSLOW, Alun (org.). **Manifestos for history**. Londres/Nova York: Routledge, 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Edusp, 2013.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2023.

Recebido em 03 de novembro de 2025.

Aceito em 03 de março de 2026.

Publicado em 29 de março de 2026.